

PROVA DE SELEÇÃO PARA O MESTRADO DO PROGRAMA DE POLÍTICA SOCIAL DO CCJE/UFES - 2023

QUESTÃO I

Antunes (2018) discute como o mundo experimenta, na era da financeirização e mundialização em escala global, o crescimento exponencial do *novo proletariado de serviços*. Marques e Nakatani (2019) explicam duas alterações institucionais significativas que foram realizadas após o golpe parlamentar, midiático e jurídico que afastou Dilma Rousseff da presidência da República. Uma delas foi a reforma trabalhista aprovada em 2017.

Apresente e discuta a concepção de Antunes (2018) sobre a classe trabalhadora hoje e como ela expressa um movimento de precarização estrutural do trabalho. Relacione essa nova morfologia do trabalho com os objetivos centrais da reforma trabalhista brasileira aprovada em 2017.

CHAVE DE CORREÇÃO

1) Aspectos de redação científica (1,0 ponto).

- Domínio da norma padrão da língua portuguesa;
- Coesão e coerência da redação;
- Linha de argumentação clara.

2) Para Antunes (2018) quem é a classe trabalhadora hoje? (1,0 ponto) – Antunes (2018), cap. 1 a 4.

a) Descrição da classe trabalhadora hoje, como: a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção; a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vem sua força de trabalho; incorpora os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços; uma classe mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX

3) Quais são os elementos que expressam um movimento de precarização estrutural do trabalho? (1,0 ponto) – Antunes (2018), cap. 1 a 4.

a) Descrição e discussão dos elementos que levam à precarização estrutural do trabalho, como: a redução do assalariamento; o aumento do “empreendedorismo”; o crescimento da terceirização e das modalidades de emprego disfarçada e o aumento da informalidade. A bibliografia permite que cada uma dessas modalidades seja problematizada, dando mais consistência à resposta

b) Discussão do papel que a tecnologia exerce na medida em que amplifica a capacidade de criar e gerenciar ocupações com características precárias: criação de um novo proletariado de serviços

4) Os objetivos da Reforma Trabalhista no Brasil: (1,0 ponto) – Marques e Nakatani (2019, p. 232-233)

a) Discutir os objetivos da reforma, tais como: alterar o sentido da atuação do Estado na elaboração da legislação trabalhista; redefinir o papel do Estado na sociedade e na economia.

b) Discutir mudanças pontuais que concretizam um objetivo geral: levar ao limite a flexibilidade das empresas para dispor da força de trabalho; reduzir custos trabalhistas; diminuindo o poder de questionamento dos trabalhadores, fragilizar os sindicatos e as instituições públicas do trabalho, expandir a terceirização e a informalidade; conceder segurança para o capital estrangeiro, conceder garantia jurídica para que o grande capital internacional, principalmente o financeiro, mas associado ao capital industrial e comercial, complete a integração da economia brasileira à economia mundial, instituir a prevalência do negociado sobre o legislado, deixando de reconhecer que a relação entre o empregador e o trabalhador (quando isolado) é desigual

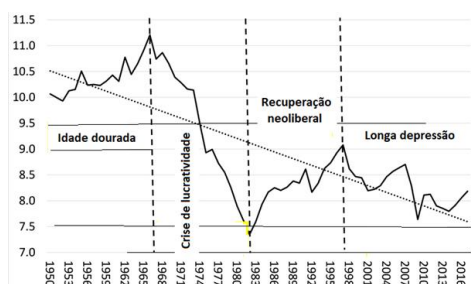
5) Relacionar a nova morfologia da classe trabalhadora com os objetivos da reforma trabalhista – 1,0 ponto (Antunes, 2018; Marques e Nakatani, 2019).

a) Descrever e discutir o princípio geral da flexibilização das relações laborais; mostrar como a mudança legislativa busca facilitar e legalizar as condições que antes eram consideradas ilegais; discutir como a lei gera um processo de precarização do formal e permite/impulsiona/legaliza a expansão do proletariado de serviços, ancorado em ocupações precárias, mal pagas, com jornadas extensas e desprovidas/esvaziadas de direitos.

QUESTÃO II

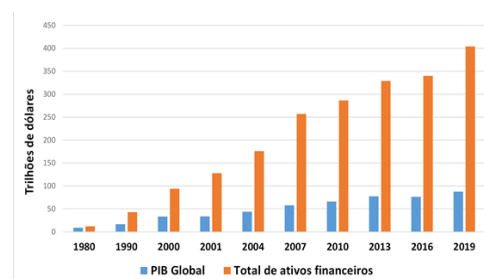
As últimas décadas do século XX foram marcadas por um expressivo crescimento dos mercados financeiros, com destaque para os mercados de derivativos. Ao mesmo tempo, a economia global apresentou uma tendência à desaceleração do crescimento, que perdura até hoje. Diversos autores se debruçaram sobre esses fenômenos e, sob distintos pontos de vista, identificaram aí um processo de *financeirização* da economia. Discorra sobre tal processo, a partir da perspectiva da crítica da economia política, e situe nele a crise global deflagrada em 2007-8.

Taxa interna de retorno do capital nos países do G20 (em %) – 1950 a 2016



Fonte: ROBERTS, M. (“A world rate of profit”)

Relação PIB Global X Total de ativos financeiros (em trilhões de US\$) – 1980 a 2019.



Fonte: PRADO, R.F.S (“O capitalismo se tornou insustentável”)

CHAVE DE CORREÇÃO

1) Aspectos de redação científica (1,0 ponto).

- Domínio da norma padrão da língua portuguesa;
- Coesão e coerência da redação;
- Linha de argumentação clara.

2) Descrição geral do processo de financeirização em termos históricos (1,5 pontos) – (Nakatani e Helder, 2014, parte 2, itens “a” e “b”)

a) Articulação entre um conjunto de fenômenos históricos, tais como: colapso do Sistema de Bretton Woods; crise de estagflação; crises do petróleo; choque de juros de 1979 e “crises da dívida” de países periféricos na década de 1980; ondas de “desregulamentação financeira”;

b) Contextualização de tais fenômenos no processo de reconfiguração da dinâmica global de acumulação marcado pelo incremento da centralização e transnacionalização do capital; pelo desenvolvimento dos mercados secundários e pelo processo de securitização das dívidas, bem como pela recorrência da formação de bolhas financeiras, sucedidas de crises e de políticas estatais de salvamento e de “afrouxamento monetário”.

3) Descrição geral do processo de financeirização em termos conceituais (1,5 ponto) – (Prado, 2014, sessão 2; Nakatani e Helder, 2014, parte 2, item “b”).

a) Exposição do movimento teórico de autonomização das formas funcionais do capital; do conceito de capital portador de juros e de capital fictício; bem como do papel do sistema de crédito;

b) Análise da tendência de queda da taxa de lucros e de sobreacumulação do capital no capitalismo contemporâneo;

c) Apresentação das relações atuais que se estabelecem entre a dimensão real e financeira da acumulação de capital, em meio a um processo de acirramento das contradições do capital.

4) Caracterização da crise de 2007-8 como expressão da financeirização (1,0 ponto) – (Nakatani e Helder, 2014, parte 4; Prado, 2014, sessão 3)

a) Análise da centralidade do Estado na realização das políticas de salvamento, bem como na produção e reciclagem do capital fictício, em particular depois da crise das “ponto.com”, que tende a reforçar a tendência à sobreacumulação de capital e a produzir uma espiral de endividamento estatal e privado;

b) Descrição do processo de proliferação dos títulos “subprime” e de outros derivativos no contexto da produção da bolha imobiliária;

c) Análise da crise como fenômeno emergente que vem à luz nos mercados financeiros, mas que não tem neles sua origem ou causa, e que é, sim, expressão do capital como “contradição em processo”.

QUESTÃO III

De acordo com (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 147), podemos afirmar que os desdobramentos da política social no Brasil contemporâneo, apresentam importantes

conquistas. Entretanto, essas conquistas se desenvolveram em um contexto desfavorável, o que provocou a sua obstaculização e/ou o seu redirecionamento.

Com base na afirmação acima, problematize:

a) A perspectiva das inovações e do conservadorismo presentes nas políticas sociais, no Brasil, a partir da Constituição de 1988;

b) Aponte os impactos para a política social, bem como as características e mudanças que ocorreram na tensão entre o marco legal e as condições reais do processo de ampliação do conservadorismo na sociedade brasileira.

CHAVE DE CORREÇÃO

1- Aspectos de redação científica (1,0 ponto).

- Domínio da norma padrão da língua portuguesa;
- Coesão e coerência da redação;
- Linha de argumentação clara.

2- a) 2,0 pontos.

- Destacar o caráter histórico do desenvolvimento das políticas sociais, num contexto de reformas sociais, sob pressão dos movimentos dos trabalhadores, a partir das reformas dos anos de ouro, nos países de capitalismo central (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, cap. 4 e 5);

- No cenário nacional, destacar a reforma democrática do Estado brasileiro e da política social e o crescimento das lutas democráticas e dos movimentos sociais que apontavam condições políticas e uma base forte de legitimidade para o processo de mudanças inaugurado pelo texto constitucional de 1988 (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, cap. 4 e 5);

- Destacar a definição de um novo padrão na seguridade social brasileira orientada pelos princípios constitucionais: universalidade da cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, a seletividade e a distributividade na prestação dos serviços, a irredutibilidade dos benefícios, a diversidade das bases de financiamento e o caráter democrático e descentralizado na gestão. Tais princípios, norteadores da seguridade social, tinham como objetivo, provocar mudanças expressivas nas políticas sociais, especialmente, na previdência e assistência, no sentido de articulá-las e formar uma rede de proteção ampliada e forte. O objetivo era permitir a transição de ações fragmentadas, desarticuladas e pulverizadas para “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos à saúde, à previdência e a assistência social (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, cap. 4 e 5);

b) 2,0 pontos.

- Destacar o movimento de contrarreforma do Estado brasileiro, num cenário de crescimento de demanda social e benefícios sociais, associado ao aumento do desemprego e da pobreza. Os anos de 1990, que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988, foram anos de contrarreforma do Estado e de freio ou redirecionamento das conquistas constitucionais. Nesse período, o Brasil adentrou em tempos de estagnação, reação burguesa e neoliberalismo. As características desse processo estão assentadas em torno

de um movimento de reformas do Estado brasileiro, orientadas para o mercado, considerando o entendimento de que os problemas no âmbito do Estado eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica social vivida pelo país. A ideia da reforma estava centrada nas privatizações e na reforma da previdência social, desprezando as conquistas da Constituição de 1988, no campo da seguridade social. O principal instrumento para deslanchar esse processo foi o Plano Diretor da Reforma do Estado – PDRE (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, cap. 5);

- Destacar que o processo de contrarreforma engendrou o trinômio privatização, focalização/seletividade e descentralização, convergindo para uma forte tendência de desresponsabilização do Estado pela política social e desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, cap. 5);

- Destacar o redirecionamento da seguridade social com base em uma lógica de ajuste fiscal, aprofundando o lugar secundário das políticas sociais na sociedade brasileira, que já trazia traços de retardatária, híbrida, distorcida e inconclusa. Tal processo promove, ainda, uma maior defasagem entre direito e realidade. Pode-se incluir aqui alguns indicadores sociais apontados por (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, cap. 5);

- Destacar os efeitos das reformas na área da previdência: introdução de critérios de focalização de direitos, redução do valor dos benefícios, limitação de alguns benefícios, ampliação da permanência no mercado de trabalho e não incorporação dos trabalhadores inseridos em relações informais; na área da saúde: problemas de recursos, demora na prestação dos atendimentos, falta de medicamentos e leitos; na área da assistência social: morosidade na regulamentação da área (LOAS – 1993/1995, PNAS/SUAS – 2004/2005), redução na abrangência, manutenção e reforço do caráter filantrópico, com presença de entidades privadas e ênfase em programas de transferência de renda de caráter compensatório (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, cap. 5);

- Destacar que tais orientações na reconfiguração dos direitos de seguridade social, enfatizam o mercado via planos privados de saúde e previdência, ou transferem as responsabilidades para a sociedade civil sob a justificativa do voluntariado, da solidariedade e da cooperação (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, cap. 5).